

**NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

LIVRE-DOCENTE EM DIREITO PÚBLICO PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO ACARAÚ

MESTRE EM DIREITO PÚBLICO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

NOTÓRIO SABER JURÍDICO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS

# PRINCÍPIOS JURÍDICOS E GARANTISMO JUDICIAL

ATITUDE ANTIPOSITIVISTA  
E JURISDIÇÃO INCLUDENTE



EDITORA CURUMIM  
FORTALEZA | CEARÁ

2016

Copyright © 2016 by  
*Napoleão Nunes Maia Filho*

PROJETO GRÁFICO  
*Carlos Alberto Alexandre Dantas*

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
BIBLIOTECÁRIA: REGINA CÉLIA PAIVA DA SILVA CRB – 1051

**M 217p** Maia Filho, Napoleão Nunes.

Princípios jurídicos e garantismo judicial: atitude antipositivista e jurisdição incluyente. / Napoleão Nunes Maia Filho. – Fortaleza: Impreco, 2016.

Coleção (Curumim sem nome)

272 p.: 14,5x21,5cm

ISBN: 978-85-8126-116-4

1. Direito Administrativo – Processo Judicial. 2. Brasil – História jurídica I. Título.

CDD 351.9

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 13  
Ministro Humberto Martins

PREFÁCIO | 19  
Napoleão Nunes Maia Filho

## PARTE I

### RESENHA DA HISTÓRIA DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

1	AS FASES HISTÓRICAS E SUCESSIVAS DA NOÇÃO DE PRINCÍPIOS JURÍDICOS	29
1.1	A FASE JUSNATURALISTA	31
1.1.1	Os Chamados Primeiros Princípios	36
1.1.2	Os Brocardos Jurídicos	40
1.1.3	A Era dos Princípios Gerais de Direito	46
1.2	A FASE JUSPOSITIVISTA INTERMEDIÁRIA	55
1.2.1	A Racionalidade Juspositivista	62
1.2.2	O Juspositivismo e a Legalidade	69
1.2.3	O Legalismo e a Ciência do Direito	74
1.3	A FASE ATUAL OU PÓS-POSITIVISTA	79
1.3.1	Retorno ao Jusnaturalismo?	82
1.3.2	O Positivismo Reinterpretado	89
	BIBLIOGRAFIA	94

## PARTE II

### A APLICAÇÃO JUDICIAL DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

- 1 O ALCANCE E O SENTIDO  
DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS | 99
  - 1.1 A FUNÇÃO DA INTERPRETAÇÃO  
DOS PRINCÍPIOS | 112
  - 1.2 OS PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS  
E OS DECORRENTES | 122
- 2 A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS  
CONFORME A CONSTITUIÇÃO | 125
  - 2.1 A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO  
COMO MÉTODO DE INTERPRETAÇÃO JURÍDICA | 129
  - 2.2 A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO  
COMO MACRO-PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL | 133
  - 2.3 A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO  
COMO TÉCNICA DE EFETIVAÇÃO CONSTITUCIONAL | 134
- 3 A MODERNA DOUTRINA  
DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS | 135
  - 3.1 O MACRO-PRINCÍPIO  
DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL | 141
  - 3.2 O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL  
DA PROPORCIONALIDADE | 144
  - 3.3 O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL  
DA INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL | 147
- BIBLIOGRAFIA | 150

## PARTE III

### EXAURIMENTO DO LEGALISMO NO PROCESSO JUDICIAL CONTEMPORÂNEO

- 1 BREVE REFERÊNCIA  
ÀS CRISES DO LEGALISMO | 155
  - 2 A FORÇA NORMATIVA  
DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS | 178
  - 3 O DESCOMPASSO AXIOLÓGICO DAS LEIS  
COM AS EXIGÊNCIAS SOCIAIS EMERGENTES | 187
  - 4 AS RESISTÊNCIAS IDEOLÓGICAS  
CONTRA AS MUDANÇAS JURÍDICAS | 193
- BIBLIOGRAFIA | 204

## TEMA IV

### DIREITOS HUMANOS NORMOSE JUDICIAL E INJUSTIÇA

- 1 DIREITOS HUMANOS  
LEIS ESCRITAS E INJUSTIÇA | 209
- 2 A JUSTIÇA E O LEGALISMO  
NO PROCESSO NORMÓTICO | 219
- 3 NORMOSE PROCESSUAL  
HERMENÊUTICA E INJUSTIÇAS | 252

BIBLIOGRAFIA | 259

BIBLIOGRAFIA GERAL | 263